

Direção-Geral da Informática (DIGIT)

Publicação de uma vaga para o cargo de diretor (*m/f*) da Direção da Transformação Digital (DIGIT.A)

(Grau AD 14)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2023/10425

Quem somos

A Direção-Geral da Informática (DIGIT) lidera a transformação digital da Comissão. Presta aconselhamento estratégico e serviços digitais resilientes e seguros aos serviços da Comissão e a outras instituições e agências da UE. Além disso, contribui para uma melhor colaboração entre as administrações públicas europeias.

A DIGIT pretende consolidar a posição da Comissão Europeia como uma organização baseada em dados e centrada no utilizador, dotada das mais elevadas garantias de segurança, perseguindo para o efeito os seguintes objetivos estratégicos:

- Os membros do pessoal dão prioridade ao digital e adotam as novas formas de trabalho e colaboração, fomentando a inovação.
- As políticas são baseadas em dados e desenvolvidas tendo em conta todos os elementos digitais desde o início.
- A transformação institucional assenta num panorama informático racionalizado no âmbito de uma governação eficaz das tecnologias da informação no quadro das instituições.
- As infraestruturas informáticas são seguras, fiáveis, eficazes em termos de custos e respeitadoras do ambiente, em consonância com as prioridades políticas da Comissão.
- Os dados e os sistemas da Comissão estão bem protegidos contra os ciberataques.

A Direção A orienta e coordena o desenvolvimento e a aplicação dos princípios, políticas e projetos de transformação digital. Enquanto ponto de entrada único para os conhecimentos especializados da DIGIT, coordena a prestação de aconselhamento estratégico e tático a todos os serviços da Comissão, apoiando em simultâneo a racionalização do panorama informático, coadjuvando o trabalho dos órgãos de governação informática e fornecendo soluções digitais institucionais.

O que propomos

No âmbito da DIGIT, o diretor da DIGIT.A é responsável pela orientação estratégica global e a gestão deste serviço, cabendo-lhe dirigir o processo pelo qual a DIGIT presta aconselhamento estratégico e tático aos serviços da Comissão no plano da transformação digital e na identificação de soluções informáticas para as suas necessidades operacionais. As suas responsabilidades inscrevem-se no quadro estabelecido pela declaração de missão da diretora-geral e pelo programa de trabalho anual. A direção fornece soluções a vários serviços da Comissão, pondo uma tónica particular nas soluções institucionais. No âmbito da equipa de quadros superiores da DIGIT e em estreita cooperação com os outros diretores da DIGIT, o diretor da DIGIT.A contribui para a evolução e a execução das estratégias e operações globais da DIGIT, bem como da estratégia digital da Comissão.

O diretor representa a DIGIT e a sua diretora-geral em eventos externos e internos e é a imagem externa das atividades operacionais da Comissão no domínio da transformação digital.

A direção é composta por cinco unidades sediadas em Bruxelas; algumas unidades dispõem de efetivos tanto em Bruxelas como no Luxemburgo:

DIGIT.A.1 — Transformação digital institucional

DIGIT.A.2 — Soluções para subvenções e contratos públicos

DIGIT.A.3 — Soluções para a legislação, as políticas e os recursos humanos

DIGIT.A.4 — Soluções reutilizáveis

DIGIT.A.5 — Capacidades de engenharia de suporte lógico

O local de afetação do cargo é Bruxelas. O diretor funciona sob a supervisão direta da diretora-geral. O diretor é responsável por um serviço com cerca de 110 funcionários e 420 prestadores de serviços externos e gere um orçamento na ordem dos 110 milhões de euros.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem ter:

Competências de gestão

- Sólida experiência em matéria de planeamento e gestão eficazes de recursos humanos (grandes equipas multinacionais, multilingues e multiculturais) e orçamentais (em particular, compreensão dos modelos de custos normalizados e dos mecanismos de distribuição de custos, comunicação de informações e responsabilização);
- Capacidade comprovada para dirigir, orientar e motivar uma equipa vasta e em constante mutação de profissionais informáticos e administrativos altamente competentes; excelentes competências de gestão e capacidade para dirigir uma organização orientada para a prestação de serviços num ambiente multicultural;
- Experiência e conhecimento aprofundados dos princípios, políticas e projetos de transformação digital;
- Capacidade para desenvolver e manter excelentes relações com os outros serviços da Comissão, bem como com as demais instituições, órgãos e agências da UE;
- Experiência comprovada de resposta aos desafios gerados por novas formas de trabalho, tanto do ponto de vista organizacional como das suas implicações para a transformação digital de uma administração pública.

Competências e experiência especializadas

- Compreensão e capacidade comprovadas para enfrentar os desafios com que se deparam as grandes organizações durante um processo de transformação digital; experiência no domínio da governação informática e das soluções digitais de larga escala; experiência de desempenho de um papel estratégico de aconselhamento informático numa grande organização;
- Conhecimentos necessários para definir a estratégia tecnológica e de serviços da direção e para orientar as ações de contratação de forma eficiente em termos de custos, em estreita cooperação com outras direções e serviços da Comissão;

- Boa compreensão das políticas e dos objetivos estratégicos da Comissão, bem como do seu processo de tomada de decisões; capacidade para identificar planos de ação, em particular do ponto de vista do processo de transformação digital;
- Vantagem competitiva adicional: experiência no domínio da transformação digital a nível da UE;
- Vantagem competitiva adicional: qualificações pertinentes na área da informática e domínios afins, como a segurança, a gestão de riscos, a auditoria, etc.

Qualidades pessoais

- Excelentes capacidades de comunicação e relações interpessoais; abordagem cooperativa e proativa para cumprir a missão da direção em estreita cooperação com os outros diretores da DIGIT;
- Capacidade para comunicar de forma eficaz com as partes interessadas internas e externas;
- Sentido apurado da confidencialidade e da diplomacia;
- Excelentes aptidões analíticas e capacidade para identificar as questões essenciais, desenvolver e definir objetivos estratégicos e traduzi-los em propostas concretas de ação.

Condições de admissão

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- **Nacionalidade**: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- **Título ou diploma universitário**: os candidatos devem possuir, alternativamente:
 - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, sempre que a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e uma experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- **Experiência profissional**: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ a um nível correspondente às qualificações acima mencionadas.
- **Experiência de gestão**: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível².

¹ Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

² No *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que desempenharam funções de gestão, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos; 2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções; 3) a dimensão dos orçamentos geridos; 4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores; 5) o número de lugares de grau equiparável.

- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia³ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter ainda atingido a idade normal da reforma, que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade (ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁴).

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁵).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. O júri analisará todas as candidaturas, procederá a uma primeira verificação da elegibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identificará os candidatos com perfil mais adequado que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elaborará as suas conclusões e proporá a lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para a função em causa.

Os candidatos que figuram na lista restrita do CCN serão entrevistados pelos membros competentes da Comissão.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

³ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01962R0031-20140701>

⁵ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#vacancies
(apenas em inglês)

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional.

O candidato selecionado deve observar a exigência do Estatuto que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O lugar de afetação é Bruxelas, onde tem sede a Direção A da DG DIGIT.

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração em que se compromete a agir no interesse público e com independência, e declarar quaisquer interesses suscetíveis de prejudicar a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁶. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

⁶ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de alguns desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração deste endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁷, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem eletrónica para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **17 de março de 2023, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.

⁷ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>